



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

20-02-2009

Tiragem: 30000

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 40

Cores: Cor

Área: 10,41 x 7,26 cm²

Corte: 1 de 1



MEIRA FERNANDES DENUNCIA NO PARLAMENTO

Administradores do BPN receberam “milhões de euros”

Administradores e ex-administradores do BPN e de outras entidades receberam pagamentos de milhões de euros em numerário levantado do próprio BPN, movimentos não registados nas contas, revelou ontem um administrador da SLN. **“Detectámos que algumas pessoas tinham feito levantamentos em numerário. Falámos com quatro colaboradores, que disseram todos que o tinham dado a pessoas específicas, administradores [do BPN] essencialmente”**, contou Manuel Meira Fernandes aos deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN. **“Um deles [dos administradores] disse logo que sim”**, adiantou Meira Fernandes, que entrou para a SLN – grupo que detinha o BPN até à sua nacionalização – com a equipa de Miguel Cadilhe.



INQUÉRITO PARLAMENTAR

Administradores do BPN recebiam em numerário

♦ Administradores e ex-administradores do BPN e de outras entidades receberam pagamentos de milhões de euros em numerário levantado do próprio BPN, movimentos não registados nas contas, revelou ontem um administrador da SLN.

“Detectámos que algumas pessoas tinham feito levantamentos em numerário. Falámos com quatro colaboradores, que disseram todos que o tinham dado a administradores [do BPN]”, contou

Manuel Meira Fernandes na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN. O administrador da SLN contou à Comissão Parlamentar que, em Junho, a sua equipa encomendou uma auditoria sobre o Banco Insular à auditora Mazars. A Mazars explicou depois que o SLN usava desde a fundação sociedades não residentes para financiar as suas operações. Estas sociedades veículos eram financiadas via BPN Cayman e depois via Banco Insular. ■



Opinião

Um conselheiro de Estado



Vasco Pulido Valente

A Assembleia da República nunca devia ter permitido que o dr. Dias Loureiro lhe fosse explicar os seus negócios com o BPN e a SLN. A Assembleia da República não é um tribunal. Quem lá vai depor não está obrigado (senão pela sua honra) a dizer a verdade e não traz consigo um advogado de defesa. Do outro lado, os deputados não conhecem com a suficiente minúcia o caso em discussão (e seria estranho que o conhecessem) e, também,

nenhum advogado os representa ou ajuda. Principalmente, um órgão de soberania não pode em circunstância alguma servir para ilibar ou condenar um cidadão privado ou mesmo um conselheiro de Estado. O depoimento do dr. Dias Loureiro em S. Bento não passou de um acto de publicidade, sem qualquer valor legal ou probatório.

Por isso, não compete agora à Assembleia - nem ao público em geral e com certeza que não à imprensa, à televisão ou à rádio - apreciar os lapsos de memória do dr. Dias Loureiro

*A Assembleia da República**nunca devia ter permitido**que o dr. Dias Loureiro**lhe fosse explicar os seus**negócios com o BPN e SLN*

(que ele próprio já admitiu). O que se espera do parlamento é que não se torne a prestar a um espectáculo que o diminui e degrada. Se o dr. Loureiro se quer explicar, que arranje outra maneira de o fazer, sem envolver um órgão de soberania. Toda a gente percebe que ele precisa de se desprender depressa da infecta história do BPN e da SLN para não se embaraçar e não embaraçar o dr. Cavaco. Mas parece óbvio que não o vai conseguir com mais conversas com os srs. deputados, quando, ainda por cima, a primeira tentativa acabou mal e, acabando mal, não recomenda manifestamente a segunda.

A demissão do dr. Dias Loureiro do Conselho de Estado excede a competência do dr. Cavaco. Se, perante os sarilhos do BPN e da SLN, o dr. Cavaco se pretender livrar do dr. Loureiro (uma reacção política normal), só lhe resta o recurso, um pouco vexatório, de lhe pedir com humildade que saia. E, de resto, o dr. Cavaco hesitaria com certeza em chegar a esse ponto extremo, para não exibir a Portugal inteiro a sua desconfiança num colaborador e num amigo. Quanto à hipótese de o dr. Loureiro espontaneamente se afastar, não é de presumir que ele resolva escolher o suicídio pelo conforto e prestígio do dr. Cavaco. A longa história do BPN e da SLN continuará, portanto, como de costume, a enfraquecer o Presidente e o regime e a contribuir para esta anarquia mansa e mole em que gostamos de viver.

NUNO FERREIRA SANTOS



ID: 23905586

20-02-2009

Ex-quadro revela pagamentos em dinheiro

BPN. Antigo administrador diz que verbas de 50 a 300 mil euros não podiam ser complementos de salários

Manuel Meira Fernandes – um dos administradores do BPN na equipa liderada por Miguel Cadilhe – confirmou ontem, no Parlamento, que detectou a existência de “pagamentos em dinheiro vivo no valor de vários milhões de euros feitas a ex-administrador e administradores do BPN e a outras entidades do universo SLN”. Segundo Meira Fernandes – que não deu nomes por estar ao abrigo do segredo bancário – “nem todas estas verbas podiam ser complementos

de salários uma vez que mensalmente eram pagas quantias entre os 50 e os 300 mil euros”. O ex-administrador frisou que quando foram detectadas estas práticas, o assunto foi entregue a um gabinete de advogados que a 18 de Novembro entregou um relatório. Uma vez que o banco já estava nacionalizado, os responsáveis fizeram-no chegar à nova administração do BPN presidida por Francisco Bandeira.

O ex-quadro da equipa de Cadilhe frisou, aliás, que o conselho de administração que integrou “sempre fez chegar o conhecimento de irregularidades a uma de quatro entidades: Banco de Portugal; DIAP; Auditores Internos

e revisores oficiais de contas”.

Meira Fernandes é muito crítico sobre a actividade do BP. Garante ter sido a administração de Cadilhe que “tomou a iniciativa de realizar as auditorias quer ao Banco Insular quer ao BPN” e adianta que passado “cerca de oito horas os auditores que contrataram já tinham uma ideia sobre o funcionamento do Insular”. Em seu entender os técnicos do BP estão mais bem preparados do que os auditores, que analisam todo o tipo de empresas, pelo que “com um pouco de zelo deviam ter detectado o que se passava no BPN e no Insular”. ■

EVA CABRAL



Manuel Meira Fernandes

MANUEL DE ALMEIDA LUSA